Ata da Sessão
da
Assembleia de Freguesia
da
Quinta do Conde

Avenida da Cova dos Vidros – 2975 – 333 QUINTA DO CONDE
Telefone: 21 210 83 70 – Fax: 21 210 83 75
Página na INTERNET www.jf-quintadoconde.pt

Endereço de Correio Electrónico: assembleia.freguesia@jf-quintadoconde.pt

Ata

Ao sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na sede da Junta de Freguesia, Salão João Favinha, a Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

Ponto Um: Apreciação do Relatório de Atividades do período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2019;----------

Ponto Dois: Análise e Votação do Plano de Atividades, Orçamento, Mapa do pessoal, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano Plurianual de Ações Mais Relevantes (PPA);----------

Ponto Três: Informações.----------

A Presidente da Mesa iniciou a sessão saudando todos os presentes desejando uma boa participação nos trabalhos, em particular ao deputado João Beles, tratando-se da sua primeira participação na Assembleia. De seguida informou a Assembleia da renúncia ao mandato de Gilberto Nifário, eleito pelo GP do Bloco de Esquerda e que nessa sequência, passaria a membro efetivo da Assembleia, a Sra. Feliciana Mota. Deu conhecimento dos pedidos de substituição apresentados pelos membros da Assembleia, designadamente, Emília Leite e Afonso Esteves GP da CDU), substituídos por André Antunes e Elsa Guerra; Telma Nabais (GP do PS), substituída por Ricardina Ferreira; Isabel Lobo da silva, (GP do PPD/PSD) e Feliciana Mota (GP do BE), substituída por João Beles.----------

Seguidamente, a Presidente passou a palavra à Primeira Secretária da Mesa, Ana Oliveira que, de acordo com a chamada, confirmou a presença na sessão, dos seguintes membros: Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Ana Maria Simões dos Santos Reis de Oliveira e Sílvia Raquel Santos Taveira Lameirinha, eleitas pela Lista da CDU – Coligação Democrática Unitária, respetivamente, Presidente, Primeira e Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, André Filipe Mosca Antunes, Filipe Gouveia do Carmo (faltou à primeira chamada, mas compareceu na sessão, logo após a votação das atas), Elsa Cristina Pereira Lourenço Guerra, Vítor Nuno de Oliveira Gonçalves de Jesus, Ricardo Jorge Alves Rufino (Grupo Político da CDU - Coligação Democrática Unitária), Ana Paula dos Santos e Sousa, Ricardina Maria da Cunha Pinto Ferreira, Maria de Fátima Correia dos Santos Reis, Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita, Paulo Alexandre Mestre Bandarra, Bruno Miguel Pinto Dias Costa (Grupo Político do PS - Partido Socialista), Carminha Hugo Alfredo, Carlos Alberto de Sousa Morais de Almeida (Grupo Político do PPD/PSD - Partido Social Democrata), João Manuel Barrela Marcel Beles (BE - Bloco de Esquerda), Hélder Fernando Marques Gaboleiro, Hélder António Candeias Conceição (Grupo Político do MSU - Movimento Sesimbra Unida).----------

A Junta de Freguesia fez-se representar pelo Presidente Vítor Ribeiro Antunes, pelo Secretário Carlos Alberto Pólvora dos Anjos Cruz, pela Tesoureira Francisca Maria Fontes Martins Rosa e pelos Vogais João Manuel Varela Laranjeira, Liliana Filipa Martins Alves, Ana Catarina Silva Aguiar Martinha Ramalho e Teresa de Fátima da Silva Lopes Martinho Lourenço.----------

Verificando-se a existência de quórum, a **Presidente da Mesa** deu início aos trabalhos com a análise e votação das atas da sessão extraordinária realizada em vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove e das sessões ordinárias realizadas em vinte e seis de junho e dezanove de setembro de dois mil e dezanove, referindo que as mesmas foram previamente remetidas por correio eletrónico aos membros da Assembleia para análise, da qual resultou a introdução das alterações sugeridas à proposta das últimas duas atas. Concedeu a palavra aos membros da Assembleia que desejassem pronunciar-se sobre as propostas em apreciação. Não havendo pedidos de intervenção passou-se à respetiva votação, com os seguintes resultados: Ata da sessão extraordinária de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, foi aprovada por maioria, com quatro abstenções (duas do GP do PS e duas do GP do PSD); Ata da sessão ordinária de vinte e seis de junho de dois mil e dezanove, foi aprovada por maioria, com 3 abstenções (uma do GP do PS e duas do GP do PSD); Ata da sessão ordinária de dezanove de setembro de dois mil e dezanove, foram aprovada por maioria, com 5 abstenções (duas do GP do PS, duas do GP do PSD e uma do GP do MSU). Os deputados que se abstiveram na votação das referidas atas, declararam como motivo, o facto de não terem participado nas respetivas reuniões.----------

De seguida, a Presidente solicitou aos deputados que se pronunciassem sobre a correspondência recebida e enviada pela Assembleia. Relembrou que na sequência do compromisso ambiental da Assembleia, em dispensar o máximo de documentação em suporte de papel, os documentos foram remetidos via correio eletrónico, e entregues dois exemplares de cada, ao GP do PS e da CDU e um exemplar aos restantes Grupos Políticos, à exceção da correspondência, que apenas foi enviada por correio eletrónico. O deputado **Paulo Bandarra** (GP do PS) sugeriu que futuramente, a relação da correspondência também fosse entregue em papel, conforme os restantes documentos. Sugestão que a Presidente da Mesa se comprometeu a assegurar. Não havendo pedido de esclarecimento em relação à correspondência, procedeu-se à conferência dos documentos recebidos pela Mesa, destinados ao PAOD, até às doze horas do dia cinco de dezembro, numerados pela ordem que deram entrada nos serviços da Assembleia, bem como, os documentos referentes ao Período da Ordem do Dia (POD), não se verificando faltam alguma.----------

O deputado **Paulo Bandarra** (GP do PS), após apresentar cumprimentos a todos os presentes, sugeriu que fosse elaborado um anuário, composto por todos os documentos trabalhados ao longo do mandato, tendo a convicção que os custos seriam residuais. Disse que o GP do PS pretendia apresentar a proposta na última reunião da Conferência de Representantes. Contudo, como só compareceram três Grupos Políticos, entenderam apresentá-la na presente sessão. Disse que consideravam que o anuário seria uma ferramenta importante para os atuais autarcas, mas também para os futuros autarcas enquanto base de trabalho para melhorar a sua intervenção e traria benefícios para a população, uma vez que facilitaria a consulta dos documentos apresentados e votados na Assembleia de Freguesia ao longo do mandato. O deputado **Vitor Jesus** (GP da CDU) referiu que de facto o assunto não foi abordado na reunião da Conferência de Representantes e que numa primeira análise, lhe parecia que o PS estava a propor algo que já existe, uma vez que os documentos são publicados no *site* da Junta de Freguesia com acesso público. A **Presidente da Mesa**, sugeriu que a proposta fosse previamente avaliada em sede da Conferência de Representantes e o assunto devidamente agendado na ordem de trabalhos. A **Presidente da Mesa** informou o público da possibilidade de intervirem na reunião, durante o período que lhes é destinado, sendo necessário inscrever-se previamente, através do preenchimento de um formulário próprio.----------

Deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), apresentando os documentos numerados de um a dez, que se encontram anexos à presente Ata, designadamente:----------

Documento número um – Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel dos Santos e João António Simões dos Santos, apresentado pela CDU;--

Documento número dois – Voto de Pesar pelo falecimento José Mário Branco, apresentado pelo PPD/PSD;----------

Documento número três – Moção, Implementação do Passe Social Intermodal, apresentada pela CDU;----------

Documento número quatro – Saudação, Votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo, apresentada pelo PS;----------

Documento número cinco – Recomendação, Requalificação da Estrada dos Almocreves, apresentada pelo PS;----------

Documento número seis – Recomendação, Por melhores serviços públicos na Freguesia da Quinta do Conde, apresentada pelo PS;----------

Após a sua leitura dos Votos de Pesar cumpriu-se um minuto de silêncio em memória e reconhecimento pelas suas vidas. Deu-se continuidade à leitura dos restantes documentos pelos respetivos proponentes e a seguir a Presidente da Mesa concedeu um intervalo de cinco minutos, de modo a permitir uma melhor

análise dos documentos em discussão pelos Membros da Assembleia.----------
No início dos trabalhos, o deputado **Paulo Bandarra** (PS) considerou que os **Votos de Pesar** deveriam ser não só votados favoravelmente, como subscritos por todos as forças políticas. Disse que em relação à **Moção sobre a implementação do Passe Social Intermodal**, o PS iria votar a favor, pois verificavam diariamente as dificuldades da população mencionadas no documento.----------
Seguidamente, a deputada **Carminha Alfredo** (PPD/PSD) disse que o seu Grupo Político iria votar favoravelmente os dois primeiros documentos, reiterando os **Votos de Pesar**. Em relação ao documento **número três**, propôs uma alteração ao terceiro parágrafo do documento, associando às preocupações com o conforto dos utentes, os aspetos da segurança, considerando-os muito importantes, sobretudo para os utilizadores mais idosos. A proposta de alteração foi aceite pela CDU enquanto Grupo Político proponente e introduzida na proposta inicial do documento. A deputada **Carminha Alfredo**, continuou a sua apreciação aos documentos, manifestando o voto favorável em todos eles, salientando a **Recomendação por melhores serviços públicos**, como fator relevante para a qualidade de vida da população.----------
Foi concedida a palavra ao GP do MSU, **Hélder Gaboleiro** disse que iriam votar favoravelmente o **Voto de Boas Festas** e os **Votos de Pesar**. Salientou José Mário Branco, como uma das vozes da liberdade de pensamento, na qual se revia bastante. Em relação à **Recomendação sobre a Requalificação da Estrada dos Almocreves,** solicitou esclarecimentos ao GP do PS, sobre que tipo de requalificação pretendiam, salientando aspetos de impacte ambiental, tratando-se de uma via ladeada por muitos sobreiros, caso se pretende-se transformá-la numa via rápida. Perguntou, se apenas propunham a pavimentação e a eventual transformação da via num corredor verde. Sobre o **documento número seis**, disse que subscrevia a necessidade de um balcão das finanças na Quinta do Conde, mas não só, pois a Freguesia é deficitária de outros serviços para que a população seja servida de forma condigna. Disse que o MSU já tinha apresentado uma proposta nesse sentido que foi recusada e que apesar da Assembleia de Freguesia ter recentemente votado contra a descentralização de competências, o MSU voltava "a bater na mesma tecla" em relação à Loja do Cidadão e tinha a expetativa de na próxima oportunidade em que a Assembleia Municipal, vote a descentralização, o Sr. Presidente da Junta, vote a favor dos Quinta condenses, e da Loja do Cidadão. De Seguida, usou da palavra **Hélder Conceição** (MSU) que realizou a apreciação à **Moção sobre a Implementação do Passe Social Intermodal,** afirmando que tinha bastantes questões a colocar à CDU. Disse que o título da Moção lhe parecia enganador, salientou o facto da CDU desta vez não

ter reclamado os louros integrais sobre o passe intermodal e a sua revisão de preço, contributo que reconhece efetivo ao longo dos anos. Ainda assim, ressalvou que a diminuição do preço dos passes não foi uma realidade num governo em que a CDU participasse, mas um governo do PS. Disse que depois, a CDU optou por "bater" na Fertagus. Saudou o mérito do documento por este já não reinvidicar a posse administrativa do comboio da Ponte pela CP, o que no seu entender, parece representar uma evolução no quadro de pensamento da CDU. Considerou que o documento continha raciocínios simplistas que o levava a perguntar se a CDU pensa que o impacto deste tipo de medidas está apenas na esfera de decisão das empresas? Perguntou, se os poderes públicos não têm uma palavra a dizer? Não nos parece justo que por mais críticas que se possam fazer à Fertagus se possa responsabilizar esta empresa por todos os problemas de mobilidade dos Quinta condenses. Sobre a proposta de parques de estacionamento gratuitos, disse que se sendo pagos já não há lugares disponíveis, como seriam se fossem gratuitos? Na questão ambiental, ressalvou que num dos parágrafos a CDU reivindica a construção de uma ponte pedonal sobre a A2 e que, de facto, na opinião do MSU, o acesso dos Quinta condenses à Estação deve ser preferencialmente efetuado por transporte público e pela criação de condições para a mobilidade suave. Nesse sentido, perguntou em que situação se encontrava a implementação dos Projetos HUB10 (projeto intermunicipal) e sobre o PAMUS.----------

Foi concedida a palavra ao deputado **João Beles** (BE) que cumprimentou todos os presentes, saudando a realização da Assembleia de Freguesia como importante espaço de discussão dos interesses da população, considerando-se grato pela oportunidade de nela participar. Em relação aos documentos, associou-se aos Votos de Pesar. Em relação ao documento número três disse que os Parques de Estacionamento eram efetivamente insuficientes, mas que deveriam exigir mais carreiras na Quinta do Conde, mais horários e alargamento dos circuitos, sendo essa medida também mais positiva para o ambiente. Salientou ainda a falta de transportes públicos entre Sesimbra e a Quinta do Conde. Retribuiu as Boas Festas expressas no documento número quatro. Em relação à requalificação da Estrada dos Almocreves, salientou a necessidade de avaliar os aspetos ambientais. Sobre o documento número seis, disse que subscrevia a necessidade de melhorar os serviços públicos, mas tinha muitas dúvidas se a via indicada seria através da descentralização de competências.----------

Seguidamente, o deputado **Vitor Jesus** (CDU), iniciou a intervenção propondo ao PS, que às entidades a remeter o Votos de Boas Festas se juntasse o Movimento Associativo da Freguesia, o que de imediato o PS aceitou. Em relação à **Recomendação sobre a Requalificação da Estrada dos Almocreves,**

perguntou ao GP do PS, se tinha conhecimento do Plano de Acessibilidades do Concelho, se consideravam a Estrada dos Almocreves uma via estruturante de ligação entre as freguesias dos Concelho? Se a ligação rápida que propõem será suficiente, se propõem que se continue a circular na malha urbana da Quinta do Conde, encaminhando para a estrada dos Almocreves, os camiões da estrada nacional 10? Disse que a CDU votará favoravelmente o documento. Contudo, assinala algumas lacunas na recomendação, que no entender da CDU, deveria expor as razões porque esta estrada não foi ainda requalificada, pois há motivos que são publicamente conhecidos e que deviam estar espelhados no documento. Um deles é que esta via insere-se em Planos existentes, designadamente o Plano da Mata Sul e Mata Norte, que indicam que uma intervenção naquela área deve ser conjugada com os proprietários da zona. Assim, esta questão não está separada do desenvolvimento desses Planos, nem tão pouco do Plano de Acessibilidades do Concelho. Por outro lado, temos a convicção que não resolve os problemas de acessibilidades no Concelho, como parece fazer crer a Recomendação, que o PS dirige à Junta de Freguesia, como se este órgão autárquico, pudesse intervir à margem dos Planos Municipais. Por fim, o deputado Vitor Jesus, questionou o GP do PS sobre se tinham informação sobre o custo / benefício da requalificação. Em resposta à dúvida lançada pelo deputado Hélder Conceição sobre a CDU responsabilizar a Fertagus pelas dificuldades no acesso aos transportes públicos, **Vitor Jesus**, esclareceu que a CDU mantém a sua posição política em relação à responsabilidade do Estado, por isso, é que são contra a concessão de serviços públicos de transportes a empresas privadas. Sobre a opinião do MSU, de que é injusto responsabilizar a Fertagus, disse, que ficava a dúvida se defendem que o Estado continue a dar-lhes dinheiro, sem exigir serviços de qualidade. Disse ainda que nesta Assembleia, ficámos a saber que a CDU defende a gratuidade dos Parques de Estacionamento e que o MSU, defende que sejam pagos. Para a apreciação, do documento número seis, pediu a palavra o deputado **André Antunes** (GP CDU), que considerou consensual a necessidade de melhores serviços púbicos na Freguesia, designadamente um balcão da Finanças, e que garantir serviços de qualidade é um dever no Estado. No entanto, a propósito do segundo parágrafo do documento, considerando que a recomendação é dirigida à Autarquia, perguntou aos proponentes se o facto de escreverem "dever" entre aspas, é o reconhecimento que não compete às autarquias garantir este serviço público à população. Perguntou ainda se, dentro do quadro de competências da Autarquia não reconhecem que estas têm esgotado todas as possibilidades? **André Antunes**, assinalou que quem não partilha da mesma opinião sobre esta matéria, são os eleitos do Partido Socialista na Assembleia da República, porque ao analisar o desempenho do Governo na

última legislatura, entre 2015/2019, no que diz respeito à Quinta do Conde, por exemplo, em matéria de educação ficaram por concretizar a construção da Escola Secundária e a requalificação da Escola Michel Giacometti. Na Saúde, necessitamos de um novo Centro de Saúde, não foi feito. Na Ação Social, necessitamos de um Lar de Idosos, não foi feito. O acesso ao Núcleo da Segurança Social, sediado em Sesimbra é também dificultado aos Quinta condenses, pois como refere o documento em discussão, são obrigados a "demoradas deslocações sem meios de transportes adequados para o fazer". A Loja do Cidadão (não o Espaço Cidadão – porque esse serviço já existe na Junta), foi feito? Não foi! Conclui-se, que não houve ação real do Governo do Partido Socialista na Quinta do Conde, que se esqueceram da Quinta do Conde! A implementação dos serviços públicos mencionados no documento são da responsabilidade da Autarquia? Não são! Assim presumimos que o GP do PS, nesta Assembleia se enganou ao dirigir a Recomendação à Autarquia, talvez devido ao bom desempenho do trabalho autárquico. Mas deviam dirigi-la ao Governo e aos eleitos do PS na Assembleia da República. Nesse sentido, **André Antunes**, propôs a alteração ao 5º parágrafo da Recomendação (linhas 2,3 e 4), com a seguinte redação: "...recomendam que o Governo desenvolva esforços junto da Câmara Municipal de Sesimbra e da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, para que estes serviços se tornem uma realidade". Porque não são necessidades de agora e porque os eleitos da CDU não acreditam que estas lacunas se resolvam através da descentralização de competências, sem qualquer garantia de serem acompanhadas dos devidos meios financeiros. Disse que caso o PS aceite esta alteração, a CDU votará favoravelmente a Recomendação.--------
A Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao GP do PS, uma vez que foi interpelado. Usou da palavra a deputada **Ana Paula Sousa** que assinalou o voto contra da CDU em relação à descentralização de serviços que o GP do PS considera prioritários para as populações e que seriam fáceis de implementar pela autarquia, que permitiriam apoiar sobretudo os idosos, que não têm carro, nem acesso à Internet, por isso o GP do PS, não aceitaria a proposta de alteração apresentada pela CDU.----------
O deputado **Paulo Bandarra**, pediu a palavra para esclarecer que em relação à requalificação da Estrada dos Almocreves, recomendavam apenas a pavimentação da via. O deputado **Hélder Gaboleiro** (GP MSU) voltou a manifestar preocupação quanto à redação da Recomendação, porque ao não concretizar o tipo de intervenção pretendida, fica a ideia que poderia ser utilizada por viaturas pesadas, o que não é recomendável.----------
Hélder Gaboleiro, continuou no uso da palavra na sequência da intervenção do GP da CDU, a fim de esclarecer que o MSU defende, sobretudo, a qualidade de

vida da população. Por isso, considerando que atualmente para sair da Quinta do Conde, em direção à Estação pode demorar-se entre 20 a 30 minutos, quando antes demorava-se pouco mais de 5 minutos, faz mais sentido o investimento em transportes públicos, cuja competência podia ser assumida pela Autarquia, do que que em Parques de Estacionamento gratuitos, sem se perceber quem iria ceder o terreno para esses Parques. Devido a estas incongruências, o GP do MSU iria abster-se, mas que ficasse claro que o MSU reconhecia a relevância da implementação do Passe Social Intermodal.----------

O deputado **André Antunes**, pediu a palavra para esclarecer ao Sra. deputada Ana Paula Sousa em relação à proposta de alteração da CDU ao documento número seis. Disse que a redação do documento fazia referência à necessidade de implementar vários serviços públicos de proximidade e não só ao balcão das finanças. E mesmo este não é "fácil" de implementar como referiu a Sra. Deputada e ninguém melhor do que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para esclarecer esta matéria.----------

A **Presidente da Mesa da Assembleia**, sugeriu ao GP do PS e este aceitou, a alteração do documento número dois, na parte do texto em que a designação "propor" ou "propõe-se" deva ser substituída por "recomenda" ou "recomenda-se", uma vez que o documento é uma Recomendação e não uma Proposta.----------

Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, **Vitor Antunes**, para se pronunciar sobre os documentos em apreciação, que começou por saudar todos os presentes. Manifestou alguma surpresa em relação a algumas propostas que ouviu, designadamente da parte do GP do PS, quanto à sugestão de se criar um memorando de documentos para publicação, quando na prática o que estavam a sugerir era que se publicasse o que já está publicado e, ainda, sobre a recomendação para implementar um Balcão das Finanças, que afinal é dirigida à Junta de Freguesia, sabendo-se que não é uma competência legal das Juntas. Nessa sequência, assinalou um conjunto de erros nos documentos apresentados pelo GP do PS que dificultam a interpretação e o correto sentido de voto dos membros da Assembleia. Apelou, em particular ao Partido Socialista, para um maior cuidado com a qualidade dos documentos que apresentam, bem como, uma maior objetividade nas matérias que abordam, para que não surjam dúvidas, sobre o que pretendem e a quem os dirigem. Disse que sobre a Descentralização de Competências e Lojas do Cidadão, temáticas muito discutidas nesta Assembleia, informou que recentemente participou no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses em representação das freguesias do Concelho de Sesimbra, onde constatou que o processo de descentralização proposto pelo Governo é um fracasso, ao contrário do que foi repetidamente transmitido pela Ministra Alexandra Leitão na TSF, afirmando a

adesão da maioria dos municípios. Afinal, mais de duas centenas de autarquias não receberam a jurisdição de uma matéria importantíssima como a Educação e que, as contas que o Governo apresenta, são as contas que o Governo deseja e não, as que correspondem às necessidades reais. Apesar da pressão que o MSU faz nesta Assembleia, seguido pelo PS, na verdade, quem tem a responsabilidade executiva, sabe o que está em causa. Sabe que são matérias que têm de ser muito bem ponderadas e não o estão a ser. Para baralhar, o Governo introduziu a questão da Regionalização criando uma eleição feita apenas pelos autarcas para os coordenadores da CCDR. Conclui-se que o Governo não pretende nem regionalizar, nem descentralizar verdadeiramente. Por isso, apelou novamente aos Grupos Políticos para que o conteúdo dos documentos que apresentam tivessem uma maior proximidade com as competências concretas da Junta de Freguesia.----------

A deputada **Ana Paula Sousa**, disse que a recomendação do GP do PS, visava apenas que o serviço de finanças se deslocasse à Junta de Freguesia, duas ou três vezes por semana para ajudar a fazer o IRS e nada mais. Convictos que atrás deste serviço poderiam vir outros.----------

O deputado **Hélder Conceição** (GP MSU), defendeu que quando falamos de descentralização, falamos de municipalização e, lembrou que Jerónimo de Sousa pede a "Regionalização e um Orçamento que rompa com o passado". Sabemos que a Regionalização consta da Constituição, mas é um conceito teórico, que nunca foi provado, e nesse sentido o PCP tem muito menos cuidado com os cálculos do processo de Regionalização em contraponto com o projeto atual de descentralização.----------

Encerrou-se a discussão dos documentos apresentados no PAOD, efetuando-se a respetiva votação, que obteve os seguintes resultados:----------

Documento número um *(Anexo 1)* – **Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel dos Santos e João António Simões dos Santos** – *Aprovado por Unanimidade*;----------

Documento número dois *(Anexo 2)* – **Voto de Pesar pelo falecimento José Mário Branco** – *Aprovado por Unanimidade*;----------

Documento número três (Anexo 3) – **Moção, Implementação do Passe Social Intermodal** – *Aprovado por Maioria, com 17 votos a favor (CDU/PS/PSD/BE) e 2 abstenções (MSU), com Declaração de Voto do MSU, a entregar posteriormente, constituindo o Anexo 7 desta ata;*----------

Documento número quatro *(Anexo 4)* – **Saudação, Votos de Boas Festas e Próspero Ano Novo** – *Aprovado por Unanimidade*;----------

Documento número cinco *(Anexo 5)* – **Recomendação, Requalificação da Estrada dos Almocreves,** *Aprovado por Unanimidade, com Declaração de Voto*

do MSU, a entregar posteriormente, constituindo o Anexo 8 desta ata;----------
Documento número seis *(Anexo 6)* – **Recomendação, Por melhores serviços públicos na Freguesia da Quinta do Conde** – *Aprovado por Maioria, com 10 votos a favor (PS/PSD/MSU), 1 abstenção (BE) e 8 votos contra (CDU), com Declaração de Voto da CDU, a entregar posteriormente, constituindo o Anexo 9 desta ata*----------

Desta forma deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia e prosseguiu-se com o período da sessão aberta à intervenção dos cidadãos.

Perante a ausência de inscrições para intervenção do público, a Presidente da Mesa da Assembleia, **passou de imediato à discussão do Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Apreciação do Relatório de Atividades de 1 de Setembro a 30 de Novembro de 2019.**----------

Para o efeito, foi concedida a palavra ao **Sr. Presidente da Junta**, que destacou um conjunto de atividades, que na sua opinião dignificam o trabalho autárquico, começando pelo início de mais um ano letivo da Universidade Sénior O Sonho Não Tem Idade, pelo alcance social, cultural e recreativo deste projeto; a continuidade da prestação de serviços de um calceteiro que apesar de não ser uma competência direta da Junta, já realizou várias centenas de intervenções nas ruas da Quinta do Conde; as reuniões com a administração da Fertagus e com a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, com a finalidade de estabelecer um protocolo de cooperação entre ambas as entidades; a sessão de esclarecimento à população sobre a construção do aeroporto na base aérea do Montijo. ----------

Foi concedida a palavra ao GP da CDU, através do Sr. Deputado **Ricardo Rufino** que destacou e saudou as comemorações do 34º Aniversário da Freguesia da Quinta do Conde, que uma vez mais foram marcadas por uma significativa participação da população, de diversas entidades e autarcas e, a participação da Junta na celebração do 35º aniversário da Escola Básica Integrada da Quinta do Conde, saudando em particular todos aqueles que fizeram parte da sua história, professores, pais, funcionários, alunos e ex-colegas; Destacou, a realização de diversas iniciativas no edifício da Junta, como o Yoga para Pais e Filhos, ou os Momentos com História; a iniciativa Património à la Carte, que visou dar a conhecer alguns aspetos fundamentais da história local, a preparação de iniciativas que irão assinalar o centenário do nascimento da escritora Sophia de Mello Breyner Andresen, com o elevado empenho e dedicação do Executivo e da Presidente da Assembleia de Freguesia. Destacou ainda, a homenagem à acordeonista Fernanda Silva, que a Junta em parceria como GDC Conde 2 e a Associação de Acordeonistas de Portugal organizou um festival de acordeão. Na área do trânsito e mobilidade, salientou a reunião com a Fertagus que serviu

expor o conjunto de dificuldades que os Quinta condenses enfrentam em matéria de transportes e também para ponderar sobre a importância de uma passagem pedonal aérea sobre a A2, de ligação da Vila à Estação. Na área, da economia local, destacou a parceria com a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas que visa apoiar o desenvolvimento local e regional com o contributo das pequenas e médias empresas, a promoção de formação profissional e criação de emprego. Destacou a realização da sessão de esclarecimento para alertar a população para os perigos da construção do aeroporto no Montijo, no quadro da participação na discussão pública do Projeto, em curso, considerando que a freguesia situa-se no corredor de aproximação ao solo das aeronaves e as implicações que daí resultam para a saúde da população, sobretudo ao nível do ruído. Destacou a participação do Sr. Presidente da Junta no 24º Congresso da ANMP e no 32 º Aniversário do CCQC que a CDU também saúda. O GP da CDU congratulou-se uma vez mais pela qualidade do trabalho autárquico desenvolvido.----------

De seguida usou da palavra o Sr. Deputado **João Beles** (GP BE), disse que em virtude de ter sido convocado para substituir a Sra. Deputada Feliciana Mota, não dispôs de muito tempo para analisar o Relatório da Atividades. Contudo, considerou louváveis muitas das atividades da Junta de Freguesia. Disse que todos reconhecem o muito que há a fazer e, que nem sempre o que se faz agrada a todos. Mas, no geral, a Junta tem realizado um bom trabalho neste mandato e que esperava que assim continuasse até às próximas eleições.----------

Usou da palavra o Sr. deputado **Hélder Gaboleiro** (GP do MSU), que questionou sobre as intervenções planeadas para os equipamentos desportivos na Quinta do Conde, e se estas estão relacionadas com a recomendação que o MSU apresentou e que foi aprovada pela Assembleia de Freguesia. Sobre o tipo de atestados que foram ponderados na reunião entre a Junta e o Comandante do GNR. Sobre o orçamento para o fornecimento de 6 Gaitas de Foles, perguntou se seriam adquiridas pela Junta, ou seriam para posterior aquisição pelos alunos.-----

Foi concedida a palavra ao GP do PSD que informou não ter questões a colocar.

Seguidamente, interveio o Sr. Deputado **Paulo Bandarra** (GP do PS), que solicitou à Mesa a possibilidade de alertar o Sr. Presidente da Junta para a "gafe" que consta na primeira página das GOP e Orçamento, considerando que está escrito 2019, quando o documento se refere a 2020, e na sequência da intervenção anterior do Sr. Presidente da Junta, perguntou qual era a maior "gafe". Sobre o Relatório de Atividades, solicitou esclarecimentos sobre a opinião da Fertagus em relação às dificuldades dos transportes públicos.----------

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta** que começou por agradecer o reconhecimento que a bancada da CDU fez ao trabalho da Junta de Freguesia,

extensivo à bancada do Bloco de Esquerda, agradecendo particularmente as palavras de estímulo deixadas ao Executivo pelo Sr. Deputado João Beles. Em resposta às questões do GP do MSU, disse que a Junta reúne com frequência com técnicos da Câmara Municipal e realiza várias visitas às escolas para inventariar necessidades de intervenção, onde se inclui o setor do desportivo. No caso em concreto, como não foi possível aos técnicos do desporto acompanhar as visitas, realizaram-se reuniões para definir a melhor forma de articular os trabalhos e as formas de comunicação. A reunião com o Comandante do GNR, surgiu na sequência do alerta de uma funcionária da Junta sobre a frequência de pedidos de Atestados pelo mesmo indivíduo, que num curto espaço de tempo alterava a informação sobre a cônjuge. A GNR, disse que para a Junta não haveriam inconvenientes, mas que era recomendável informar o requerente das consequências que advinham da prestação de falsas declarações. Assim, se procedeu e o requerente acabou por não levantar o último atestado. A GNR informou que tinha encaminhado o assunto para o SEF e que esta entidade decidiu levantar um inquérito. Sobre as Gaitas de Foles, tendo em conta a evolução da Escola, é intenção da Junta comprar os instrumentos e facilitar o pagamento aos alunos que pretenderem adquiri-los, sendo que passariam para a posse dos alunos assim que concluíssem o seu pagamento integral.----------
Em resposta ao Deputado Paulo Bandarra quanto ao apontamento da "gafe", o Sr. Presidente assumiu o erro, como responsável máximo da Junta de Freguesia, embora a página de rosto das GOP e Orçamento, tenha sido a única página do documento que não elaborou. No entanto, pediu para que compreendessem que o desígnio de dignificarmos as Instituições é uma responsabilidade de todos. Em relação à reunião com a Fertagus está no essencial descrita no *site* da Junta e no Relatório da Atividades. Referiu que a posição da Fertagus sobre a problemática do estacionamento é muito mais compreensiva do que aquela que ouvimos ao GP do MSU. Foi considerado pela Fertagus um problema pertinente e desmentiram categoricamente serem os responsáveis por chamar as autoridades para multar as viaturas estacionadas fora dos parques, conforme foram acusados. Disseram que até pediram alguma tolerância, porque efetivamente não há parqueamento suficiente. Explicaram que até ao dia 25 de cada mês procedem à renovação do pagamento do estacionamento e nos dias seguintes colocam à venda os lugares disponíveis. No último mês ficaram disponíveis apenas 3 lugares. Disseram que estavam a estudar a colocação de uma estrutura metálica para construir um segundo piso na área de estacionamento. Sugerimos que os recursos da construção dessa estrutura fossem alocados à construção da passagem pedonal sobre a A2. Sugestão que não teve acolhimento porque essa intervenção é da competência das Infraestruturas de Portugal. Foi uma reunião muito produtiva ao

nível do esclarecimento e a apesar da Moção apresentada nesta Assembleia, sobre esta problemática não ter sido aprovada por unanimidade, tem a força suficiente para podermos reivindicar junto das Infraestrutura de Portugal, não só o prolongamento da via rápida até ao nó de Negreiros, como a rotunda de Negreiros e a passagem pedonal de acesso à estação da Fertagus.----------
Pediu a palavra o Sr. Deputado **Hélder Conceição** (GP do MSU) para obter esclarecimentos sobre se no Plano de Ação de Mobilidade Sustentável e o Projeto Intermunicipal HUB10, anunciado pela Câmara Municipal e se, há ou não, a concretização da facilitação da mobilidade para chegar à Estação de Coina?-----
O Sr. **Presidente da Junta**, disse que o deputado Hélder Conceição estava a colocar questões sobre documentos que não são da Junta de Freguesia e que a Junta, pode efetivamente solicitar esclarecimentos às entidades responsáveis sobre o seu desenvolvimento, mas estas não têm a obrigação de comunicar em todos os momentos o ponto da situação. Nessa sequência o deputado **Hélder Conceição** solicitou que a Junta indagasse junto dos órgãos autárquicos sobre o desenvolvimento desses projetos, porque era interessante que quando discutimos esta temática, o fizéssemos de forma sistémica e em rede, tal como sugeriu o deputado Vitor Jesus, em relação à Estrada dos Almocreves.----------
Deu-se assim por encerrada a discussão do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, Apreciação do relatório de atividades de 1 de Setembro a 30 de Novembro de 2019 e passou-se à discussão do segundo ponto da Ordem de Trabalhos, Análise e Votação do Plano de Atividades, do Orçamento, Mapa de Pessoal, Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Ações Mais Relevante (PPA).----------
O **Sr. Presidente da Junta** disse que o Orçamento para o ano 2020 tinha o valor de 531 456,98 euros e que o orçamento da receita assenta substantivamente no valor das transferências da Câmara Municipal de Sesimbra, correspondentes à delegação de competências, no Fundo de Financiamento das Freguesias, no IMI (cerca de 50 mil euros) e nas receitas da Venda Ambulante (cerca de 32 mil euros). Em relação às despesas, destacou os mais de 300 mil euros de despesas com pessoal e os mais 180 mil euros para aquisição de bens e serviços. No que concerne às Atividades disse que a Junta apresentava um Plano com dez capítulos que compreendem 86 medidas, parte delas incorporadas após as reuniões que realizadas com as entidades parceiras e após audição no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição. Destacou as seguintes medidas: a reivindicação da Escola Secundária; a realização do 9º Prémio de Ciclismo Juvenil; as comemorações do 46º Aniversário do 25 de Abril; o Projeto "Deixe Leve e Leia", que pretende facilitar o acesso à leitura de livros; a realização do Festival de Música; dotar a Junta de Freguesia com um DAE e investir na formação em

suporte básico de vida, juntos dos trabalhadores e dos eleitos da autarquia; estudar com a CMS a possibilidade de transferir para a Junta a administração do Anfiteatro da Boa Água; realização de um encontro com empresários locais; articular com a administração eleitoral a criação de três postos de recenseamento, em adição aos existentes. Em relação ao mapa de pessoal, encontram-se inscritos os lugares ocupados e embora não exista previsão de admitir pessoal, como medida de salvaguarda, inscreveu-se um lugar a criar para assistente técnico e outro para assistente operacional. Eliminou-se um lugar a criar para Técnico Superior porque não está prevista essa admissão a breve prazo. No entender da Junta de Freguesia, as GOP 2020 honram o compromisso com a população razão pela qual apela à sua aprovação.----------

A Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. deputado **Paulo Bandarra**. Disse que o orçamento é muito idêntico ao de 2019 com cerca de 10 mil euros a mais do que no ano anterior. A receita da Junta de Freguesia proveniente do Estado é a mais significativa (cerca de 81%), a despesa com o pessoal é a que tem maior fatia (57% e 34% para bens e serviços). Lamentou que questões como a limpeza, a criação do Espaço Cidadão, as barreiras arquitetónicas, o equipamento cultural há muito anunciado pelo Executivo tardassem em aparecer. Disse que o GP do PS nesta Assembleia não vai deixar de estar atento ao nível de execução deste Plano, e aquando da votação do Relatório de Atividades fará uma análise profunda e votará em conformidade.-----

Seguidamente interveio a Sra. Deputada **Carminha Alfredo** (GP do PSD) que disse o seguinte: O Orçamento aqui apresentado é um dos documentos de maior relevância para esta Junta de Freguesia. Mas, apesar de considerarmos este orçamento praticável, também temos de salientar que o mesmo assenta em receitas próprias desta Junta, porque se falássemos das transferências do Estado podíamos dizer que eramos uma Junta paralisada. Em relação ao Plano de Atividades é vasto nos vários objetivos a que se propõe e verificamos com agrado que alguns fazem parte das nossas propostas. Salientamos também a continuação das nossas preocupações com a limpeza de ruas e recolha de lixos e lamentamos que o Estado em cooperação com o município ainda não tenha conseguido resolver a questão da escola secundária da quinta do conde, uma luta com mais de 20 anos, não existindo ainda qualquer perspetiva da sua construção. Ou mesmo a construção do novo centro de Saúde ou a recuperação do antigo e ainda o novo quartel da GNR. Perante estes dois documentos, a bancada do PSD está confiante de que mesmo com as restrições financeiras, se continue no trilho da defesa dos interesses dos fregueses da Quinta do Conde. Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde consideram a sua aprovação fundamental para que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, possa começar

a ano de 2020, a trabalhar em pleno ao serviço dos fregueses. Pelas razões apresentadas, os eleitos da bancada do PSD irão votar favoravelmente, embora exista muito caminho por trilhar. Aproveitamos para desejar a todos um feliz Natal e um Bom Ano de 2020.----------

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Hélder Conceição** (GP do MSU), disse que em relação aos orçamentos de 2018 e 2019, o MSU reconheceu a clareza das Contas da Junta de Freguesia e dos princípios contabilísticos e até o trabalho da Junta, naquilo que é o seu quadro de referência, mas instou a que fossem mais além. Disse que gostaria de desmistificar as afirmações do GP do PSD na sua intervenção, quanto à responsabilidade apenas e só do Estado Central pelas poucas receitas da Junta, porque essa responsabilidade também é da Câmara Municipal e na capacidade associada à transferência de competências que a Junta de Freguesia está na disposição de aceitar. Consideramos que é o Orçamento de continuidade que já nos habituamos a ver e, independentemente de instarmos o Executivo a arriscar mais, (esse exemplo existe noutras freguesias), na Quinta do Conde não ocorre e devia ocorrer, tendo em conta a especificidade da Quinta do Conde no seio do Concelho de Sesimbra, e aqui estamos em profundo desacordo com a política seguida pela Junta de Freguesia, idependentemente das contas apresentadas. O Deputado **Hélder Gaboleiro** (GP do MSU) disse que em comparação com as GOP do ano 2019, há algumas atividades que se confundem, outras mudam apenas de capítulo (Festa da Família, Feira Festa e Santos Populares) outras caíram, como é o caso do Polo Universitário que deixou de ser prioritário pois parece ter sido substituído por um Polo de Ensino Profissional. A criação de mais espaços informais desportivos, o desenvolvimento do basquetebol e do xadrez., são medidas que podem ter utilidade. Saudou o Projeto "Deixe, Leve e Leia", uma medida que fez parte do Projeto eleitoral do MSU e a possibilidade da Junta administrar o Anfiteatro da Boa Água, sendo que foi uma das propostas do GP do MSU no âmbito do Direito à Oposição para valorizar aquele espaço. Saudou também o reforço dos Abrigos de Passageiros e a criação de novos postos de recenseamento. O Festival de Música é uma novidade, mas gostaria de saber como estão a pensar fazê-lo. Disse que tinha dúvidas em relação à defesa que a Junta pretende fazer do atendimento permanente no Centro de Saúde - irão contratar médicos? Que o MSU considera que só defender não chega, é preciso concretizar. Sabendo que essa é uma medida do Estado Central, considerou ainda assim que a Junta pode ir mais além. Disse que tinha dúvidas em relação ao que a Junta propõe para o atendimento da Conservatória do Registo Civil de Sesimbra, porque o que a Junta pede é que o atendimento continue em Sesimbra, quando o problema é o atendimento ser em Sesimbra, não se tendo sugerido na medida que está no

documento que o atendimento seja descentralizado na Quinta do Conde. Deu como exemplo o Palácio de Justiça (Tribunal) em que não houve planeamento – Primeiro constrói-se e depois planeia-se. Disse não saber qual é a responsabilidade do Governo PS neste assunto, mas mais uma vez as etapas foram invertidas. No geral, considerou que a Junta podia ir mais além.----------
De seguida usou da palavra o Sr. Deputado João Beles (GP do BE) que referiu o elevado peso no orçamento com as despesas de pessoal, com particular destaque para as avenças, comparando os valores alocados nesta rubrica aos disponíveis nas rubricas para apoio à família e às atividades culturais, muito abaixo das necessidades das coletividades. Fez ainda referência ao valor reduzido do fundo de maneio da Junta (cerca de 15 mil euros) e, que a melhoria da capacidade orçamental da Junta devia ser exigida ao Governo, embora reconhecesse a dificuldade em obter sucesso.----------
Foi concedida a palavra ao Sr. deputado **Filipe Carmo** (GP da CDU) que disse pretender intervir na área da saúde e nesse sentido, resumiu o processo do Hospital do Seixal, desde o ano 2009, quando o Governo da altura assinou um protocolo com a Câmara Municipal do Seixal para a execução da referida unidade de saúde. Disse que após avanços e recuos, só no orçamento de Estado do ano 2017, contemplaram uma verba destinada ao lançamento do concurso público e para os projetos da arquitetura e especialidades técnicas, comprometendo-se o Governo no sentido que o Hospital estaria ao serviço da população até ao final do ano 2019. Contudo, nada se concretizou. Disse que em janeiro de 2018, o Governo publicou uma Portaria de Extensão de encargos relativos à aquisição de serviços para a conceção e projeto do Hospital do Seixal e assinou uma adenda ao acordo. Essa adenda significou uma diminuição das especialidades de 22 para 9, o retirar da área de influência do Concelho de Sesimbra, remetendo-a para o sistema de livre acesso e circulação de utentes do SNS. Retirou também 12 camas para cuidados continuados. O presidente da Câmara Municipal de Sesimbra ao ter conhecimento do teor da adenda solicitou de imediato uma reunião ao Ministro da Saúde, na qual foi dito que o Concelho de Sesimbra ficaria na área de influência do futuro Hospital do Seixal. Disse que a CDU apoiava a luta pela construção deste equipamento de saúde, exigindo o cumprimento do seu financiamento, inserido no desenvolvimento do SNS, garantia da prestação universal de cuidados de saúde de qualidade à população.----------
O Sr. Deputado **André Antunes** pediu a palavra e informou que o Grupo Político da CDU iria votar favoravelmente as GOP e Orçamento para o ano 2020, por considerar que os documentos em referencia respeitam os compromissos eleitorais, encontrando-se o presente Executivo em conformidade com o trabalho executado nos dois mandatos anteriores no que respeita ao desenvolvimento da

nossa freguesia, e ao compromisso assumido com a população num trabalho conjunto com o movimento associativo, com o comércio local, e demais movimentos sociais da nossa freguesia, como a Comissão de Utentes da Saúde e as Associações de Pais. Este Orçamento representa a continuação de uma gestão séria, cuidada e rigorosa dos recursos públicos em prol do bem-estar e qualidade de vida dos habitantes. Os resultados obtidos ao longo dos anos pela gestão da CDU permitiram que a Quinta do Conde tenha alcançado um patamar de desenvolvimento que é uma referência nacional. A qualidade de vida dos fregueses e o desenvolvimento do espaço que usufruem diariamente tem sido reconhecido e refletido na confiança depositada na CDU desde 2009.----------

A **Presidente da Mesa da Assembleia** solicitou ao deputado **Filipe Carmo**, o esclarecimento sobre o enquadramento da sua intervenção no Ponto da Ordem de Trabalhos em curso, concluindo-se, que a intervenção política do senhor deputado estava relacionada com o Plano de Atividades, considerando que a Junta se compromete a persistir na defesa da construção do Hospital do Seixal.---

O deputado **Hélder Conceição** pediu a palavra para uma interpelação à Mesa sobre o teor da intervenção do deputado Filipe Carmo e, apesar da Sra. Presidente da Mesa ter em parte obtido o necessário esclarecimento, tendo em conta a resposta que o Sr. Presidente da Junta lhe deu em relação a assuntos intermunicipais que extravasam aquilo que são as competências da Junta de Freguesia, gostaria de assinalar que a intervenção do deputado Filipe Carmo extravasou muito mais o âmbito da discussão, mas talvez o Sr. Presidente tenha resposta para o deputado Filipe Carmo, quando noutras questões colocadas pelo GP do MSU essas respostas não existem ----------

De seguida foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Junta disse que o esclarecimento do deputado Filipe Carmo, tendeu a responder às dúvidas colocadas pela bancada do MSU, em relação às preocupações da Junta com os cuidados de saúde de proximidade e questionou sobre qual é a dúvida da bancada do MSU sobre a proposta de defender cuidados de saúde urgentes e de proximidade para os mais de 30 mil habitantes da freguesia. Será que defendem que se retire esta problemática do Plano de Atividades? Que a Junta deixe de defender a implementação de um serviço de atendimento permanente, nas reuniões que tem com o Coordenador da Unidade de Saúde, ou com a Coordenadora do ACES, ou com a responsável pela Unidade de Cuidados de Saúde primários, ou com a própria Ministra da Saúde. Acham isto descabido? Nós não! Quanto ao Festival de Música, este será à dimensão das possibilidades da Junta de Freguesia. Irá decorrer ao longo de três dias, com quatro ou cinco concertos. Em relação à observação do GP do MSU, a propósito do Anfiteatro da Boa Água, disse que revelava o que gostávamos que acontecesse em todas as

freguesias e em todos os órgãos autárquicos - o reconhecimento pela opinião de cada força política, inscrita num programa eleitoral profusamente divulgado. Nós temos opinião, mas isso não impede que no âmbito das audições, tomemos nota das sugestões e que venham a ser inscritas no Plano de Atividades por serem possíveis de concretizar. Relativamente à Conservatória, a Junta está plenamente consciente que a deslocação à Conservatória pode ser um pesadelo e que existem múltiplas dificuldades, no acesso, na dificuldade para estacionar, etc. Solicitámos uma reunião ao Conservador que nos foi concedida de imediato. Ouvimos os desabafos do Conservador. E quando o MSU diz que o Palácio de Justiça, não é um palácio de Justiça, mas um Tribunal, é verdade! O Presidente da Junta já o afirmou, e fica satisfeito por fazerem eco das mesmas inquietações, significam mais vozes a lutar pelo mesmo. Em resposta ao Bloco de Esquerda, disse que a verba sobrante do ano 2019 irá reforçar algumas rubricas do Orçamento, que as verbas alocadas às avenças são contabilizadas ao cêntimo. Disse ainda que por comparação com o valor das receitas de outras Freguesias, dificilmente existirão Juntas que concedam mais apoio ao Movimento Associativo e num quadro de pouco mais de 100 mil euros do FFF e de 50 mil euros de IMI alocar 20 mil euros para apoio ao Movimento Associativo, valor que admite reforçar, é uma quantia considerável. Nós assentamos o nosso trabalho em parceiros como o Movimento Associativo e as Comunidades Escolares, por isso temos de os apoiar. Finalizou a intervenção, apelando à aprovação dos documentos.----------

O Deputado Vitor Jesus (GP da CDU) pediu a palavra para manifestar o seu desagrado em relação aos comportamentos pouco dignificantes para esta Assembleia, de alguns deputados que interrompem as intervenções dos outros, que se riem deliberadamente e sem motivo aparente enquanto outros estão a intervir, como aconteceu há pouco com a bancada do MSU, durante a intervenção do deputado Filipe Carmo.----------

O deputado **Hélder Conceição** pediu a palavra para defesa da honra, disse que a reação dos eleitos do MSU, deveu-se ao facto de dificilmente a intervenção do deputado Filipe Carmo se enquadrar na discussão das GOP e que em relação a comentários fora de contexto, dirigidos pelo Presidente da Junta à bancada do PS, dizendo que que este tipo de comportamentos fazem parte do "jogo político" e que requerem alguma capacidade de encaixe. Disse que saia da Assembleia a apertar a mão a todos os intervenientes.----------

O deputado **Hélder Gaboleiro** pediu a palavra para esclarecer o Sr. Presidente da Junta, que está de acordo com a existência de um serviço de atendimento permanente na saúde, apenas deseja que a Junta vá mais além do que o pedido de audiências, não só em relação aos serviços de saúde, mas também em

relação à Loja do Cidadão e à delegação de competências a negociar com a Câmara Municipal de Sesimbra.----------

A deputada **Ana Paula Sousa** pediu a palavra para saudar a Junta, por ter inscrito no Plano de Atividades, propostas do PS, como o Serviço de Atendimento Permanente, as bandas de garagem, o Suporte Básio de Vida e a defesa do ambiente.----------

Encerrou-se a discussão dos documentos apresentados no segundo Ponto da Ordem de Trabalhos. Efetuando-se a respetiva votação, que obteve os seguintes resultados: *Aprovado por maioria com: 11 Votos a favor (CDU/PSD/BE) e 8 Abstenções (PS/MSU),* com Declarações de Voto da CDU e do PSD que correspondem às intervenções do deputado André Antunes (CDU) e Carminha Alfredo (PSD – **Anexo 10**), durante o período de discussão dos documentos; do PS, lida pelo deputado **Paulo Bandarra** e entregue à Mesa, constituindo o **Anexo 11** desta ata, e do MSU, resumida pelo deputado **Hélder Conceição** e entregue posteriormente à Mesa na sua versão integral constituindo o **Anexo 12 desta ata** ----------

Em conformidade com as disposições regimentais, devido à sessão estar a aproximar-se das 00h, os membros da Assembleia, votaram favoravelmente o prolongamento da sessão por mais 60 minutos.----------

Passou-se de imediato ao terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos - Informações.----------

Foi concedida a palavra ao Sr. **Presidente da Junta** que começou por informar que no dia 7 de dezembro (amanhã), no Mercado Municipal da Quinta do Conde iremos corporizar a sugestão apresentada nesta Assembleia de Freguesia de homenagear a escritora Sophia de Mello Breyner Andresen pelo centenário do seu nascimento, para a qual estão todos convidados. Disse que as reuniões de Junta passaram para a primeira 5ª feira de cada mês. Informou que irá decorrer a Festa de Natal no Parque da Vila, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro. O Feira do mel, no Mercado Municipal. A Festa de Natal do Hospital do Seixal irá realizar-se na União Seixalense no dia 14 de dezembro. A Festa de Natal dos Idosos, no dia 18/12 em Alfarim, com a significativa participação de alunos da Universidade Sénior. Informou que a Junta irá conceder tolerância de ponto aos trabalhadores nos dias 19,24,26 e 31 de dezembro, que o Concerto de Ano Novo irá realizar-se no dia 4 de janeiro na sede do MGBoos e que à semelhança do ano passado irão promover o Almoço de Natal com os Trabalhadores da Junta, para o qual convidam os membros da Assembleia. Concluiu a intervenção com leitura de uma mensagem da Junta de Freguesia, com os votos de Boas Festas e de um Próspero 2020 a todos os Quinta condenses com o seguinte teor: *"A época natalícia recorda e remete para os valores da família, designadamente a*

afetividade, a cooperação, a concórdia e a conciliação. A bíblica frase "paz na terra entre os homens de boa vontade" ganha força e sentido nesta época do ano. Força que o governo local, a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, adensa quotidianamente, quando pugna pela concretização dos anseios de progresso e justiça social, assentes nos valores da solidariedade e da coesão. O final de ano que se aproxima sugere balanços, comparações e a renovação da lista de objetivos. Este ano, decorrente da mudança de ciclo, o balanço e a comparação fazem-se também entre a expetativa criada no início da anterior legislatura e o final desta, concluindo-se que nas matérias da responsabilidade do governo central a Quinta do Conde "ficou a marcar passo". A construção da Escola Secundária, as obra na Escola Michel Giacometti, o Lar de Idosos do Centro Comunitário, o quartel para a GNR; o Lar e Centro de Atividades Ocupacionais da Cercizimbra, novo Centro de Saúde, assistência da Segurança Social, acesso menos penoso à Conservatória do Registo Civil e a construção do nó rodoviário de Negreiros, com acesso à A2, são exemplos pertinentes, adiados de ano para ano. A rejeição do chavão "não se pode dar tudo a todos ao mesmo tempo" com "pelo menos alguma coisa", comporta uma posição minimalista. Pela nossa parte, a Junta de Freguesia reassume o compromisso de concretizar as expetativas inscritas no programa eleitoral maioritariamente sufragado e de continuar a defender aquilo que a cada momento for do interesse dos quintacondenses. Feliz Natal e Próspero Ano Novo são frases ancestrais que, quando anunciadas com sinceridade, mantêm toda a carga do seu enorme conteúdo. Consequentemente, a Junta de Freguesia, os seus eleitos e trabalhadores, reafirmam aos quintacondenses os votos de Boas Festas, incluindo um próspero 2020".----------

Pediu a palavra o deputado **Paulo Bandarra**, que solicitou as seguintes informações: Para quando retirada do amianto do CIPA e a reparação dos buracos na Avenida Principal. Perguntou se a Junta já tinha resultados sobre o estudo de impacte ambiental da piscina biológica.----------

A propósito de no ponto de informações o Sr. Presidente se ter referido ao Orçamento da Junta e ao facto da Freguesia da Quinta do Conde ser a que menos recebe do Estado Central, o deputado **Hélder Conceição**, desafiou o Sr., Presidente da Junta a fazer o cálculo da capitação das verbas que a Câmara Municipal transfere para a Junta de Freguesia, a fim de verificar se não está num patamar igual ou inferior às verbas transferidas pelo Fundo de Financiamento de Freguesias. E concluiu a intervenção desejando os Votos de Boas Festas.---------

A Deputada **Carminha Alfredo**, usou da palavra para agradecer em nome do GP do PSD, a forma proveitosa como decorreram os trabalhos e desejar a todos um Feliz Natal e um próspero ano novo que marca o início de uma nova década que se deseja de muita paz.----------

O Sr. **Presidente da Junta** esclareceu o Sr. Deputado Paulo Bandarra: Em relação aos buracos na Avenida Principal, disse que iria estar atento à discussão das GOP da Câmara Municipal, pois desconhecia se a intervenção na referida via seria uma prioridade, considerando outras necessidades na freguesia ao nível da repavimentação, acrescentou que a Avenida Principal já esteve em muito piores condições, e relembrou os oito anos do mandato do PS, em que apesar do péssimo estado da via, não mereceu qualquer intervenção; Quanto à retirada do amianto, informou que a Câmara Municipal pretende remover os edifícios e criar no CIPA um espaço público de grande atração; O Estudo sobre a Piscina Biológica está concluído, a Junta recebeu-o, pagou-o e entregou-o à Câmara Municipal na expetativa que surja uma oportunidade de financiamento.----------
Em relação às observações do deputado Hélder Conceição, o Presidente da Junta esclareceu que as transferências de verbas da Câmara Municipal e do FFF, não são feitas da mesma forma. As do FFF, não são feitas por capitação, mas pelo cálculo de uma média aritmética simples que os autarcas não conseguem identificar, conforme é amplamente e repetidamente discutido nos Congressos da ANAFRE e da ANMP. Ao contrário das receitas provenientes do FFF, as verbas provenientes da Câmara Municipal correspondem a aquisição de serviços cujos valores podem ser alterados, caso se verifique que não são sustentáveis. Na verdade, já há algum tempo que anunciámos que os valores transferidos não são suficientes, mas não temos sido ouvidos, por razões várias. Mas também é verdade que temos alguma capacidade de executar o trabalho de acordo com as disponibilidades financeiras, não comportando prejuízos financeiros para a Junta.-
Concluída a Ordem de Trabalhos, a primeira secretária da Mesa, **Ana Oliveira,** procedeu à leitura da Ata em Minuta que submetida à votação, foi Aprovada por Unanimidade.----------
Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa, agradeceu a participação de todos na sessão e desejou a todos os presentes, familiares e amigos umas Festas Felizes e um Ano Novo com Paz e Fraternidade entre os Povos. Encerrou os trabalhos às zero horas e vinte e dois minutos do dia sete de dezembro do ano dois mil e dezanove.----------
Por ser verdade o constante desta Ata, vai a mesma ser assinada por todos os membros da Assembleia de Freguesia presentes na sessão, que assim o desejem, atestando a veracidade dos factos relatados.----------

---

Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro _____

André Filipe Mosca Antunes _____

Filipe Gouveia do Carmo _____

Elsa Cristina Pereira Lourenço Guerra _____

Vítor Nuno de Oliveira Gonçalves de Jesus _____

Sílvia Raquel Santos Taveira Lameirinha _____

Ricardo Jorge Alves Rufino _____

Ana Maria Simões dos Santos Reis de Oliveira _____

Carminha Hugo Alfredo _____

Carlos Alberto de Sousa Morais de Almeida _____

João Manuel Barrela Marcel Beles _____

Hélder Fernando Marques Gaboleiro _____

Hélder António Candeias Conceição _____

Ana Paula dos Santos e Sousa Ana Paula Sousa

Ricardina Maria da Cunha Pinto Ferreira Ricardina Ferreira

Maria de Fátima Correia dos Santos Reis Fátima Reis

Ana Luísa Gomes Rodrigues Cabrita Ana Luísa Cabrita

Paulo Alexandre Mestre Bandarra

Bruno Miguel Pinto Dias Costa BRUNO COSTA

Documentos Anexos
à
Ata da Sessão
da
Assembleia de Freguesia
da
Quinta do Conde

Avenida da Cova dos Vidros – 2975 – 333 QUINTA DO CONDE
Telefone: 21 210 83 70 – Fax: 21 210 83 75
Página na INTERNET www.jf-quintadoconde.pt

Endereço de Correio Electrónico: assembleia.freguesia@jf-quintadoconde.pt

CDU PCP-PEV

VOTO DE PESAR

Miguel dos Santos e João António Simões dos Santos

É com pesar e consternação que tomámos conhecimento da morte de Miguel dos Santos e de João António Simões dos Santos, pai e irmão de Ana Maria Simões dos Santos Reis de Oliveira, primeira secretária da mesa de Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Com profunda emoção associamo-nos a este momento de dor, sendo o luto, dos sofrimentos mais difíceis de vivenciar, contendo perdas reais e simbólicas.

A Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida a 6 de Dezembro de 2019, propõe que se delibere:

1. Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Miguel dos Santos e João António Simões dos Santos, guardando um minuto de silêncio em suas memórias;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019.

PSD

Secção Sesimbra
Rua da Republica, 20 - 1º Esq
2970-Sesimbra

Voto de Pesar

Nascido no Porto, em 25 de maio de 1942, José Mário Branco é considerado um dos mais importantes autores e renovadores da música portuguesa.

José Mário Branco deixa ao país um legado musical precioso, impossível não ser reconhecido, a sua participação através da música fazia de si um lutador que através da música fazia a sua política.

Sua história de vida e a sua luta pela igualdade incomodava-o pelo facto de todos não terem os mesmos direitos, democracia, solidariedade, empenho na luta, era disto que precisava para viver.

A intervenção artística de José Mário Branco não se ficou pela música, tendo também dedicado a sua aptidão ao cinema e ao teatro.

Sem dúvida, a sua morte afastou um grande homem, que com sua bela trajetória de vida, nos deixa um exemplo forte.

Foram muitos anos de lutas, muitos sonhos, ideais. Sementes que, felizmente o frutificavam cada dia.

Todos estes contributos valem para fazer história.

A Bancada do PPD/PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida em 6 de Dezembro de 2019, exprime o seu pesar e manifesta aos seus familiares e amigos a sua solidariedade.

Manifestando que nesta Assembleia seja cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido.

Os eleitos da bancada do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Carminha Hugo Alfredo
Carlos Almeida

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

CDU PCP-PEV

3

Moção

Implementação do Passe Social Intermodal

Em abril do presente ano não se comemorou apenas os 45 anos da Revolução que pôs fim ao regime fascista. Esse mês ficou também marcado pelo início do desenvolvimento de uma reivindicação social já há muito desejada no âmbito dos Transportes Públicos, e passados cerca de oito meses do início do alargamento dos passes sociais intermodais ainda existem riscos de andar para trás.

O alargamento do passe social proporcionou uma redução significativa de despesas aos utentes dos transportes públicos, alargando a mobilidade através de um passe que permite utilizar todos os modos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, trazendo vantagens económicas para os mesmos, bem como para o ambiente.

Não obstante, existem avanços por concretizar, e recorrendo à afirmação da empresa Fertagus de que "uma das prioridades seria o conforto dos clientes", esta revelou-se no fundo um mito. Exemplo disso seria naturalmente, com a redução do preço dos passes, verificar-se um aumento significativo da procura e do número de utentes a usufruir dos serviços desta empresa, o que não se esperava seria que este facto justificasse a retirada de assentos, colocando em causa o conforto nas deslocações a estes utentes. No entanto, infelizmente para os quintacondenses, os problemas não se limitam apenas a viajar em pé dentro das carruagens. Estes, na impossibilidade de se deslocarem até à Estação de Coina através de outro meio para além da sua viatura própria, seja por falta de carreiras de transporte da Sulfertagus ou por falta de outras soluções, como por exemplo um acesso pedonal, deparam-se com a impossibilidade de estacionarem os seus veículos no local próprio, ou seja, no parque de estacionamento da Estação.

Neste sentido observamos que dos cerca de mil lugares, esta empresa garante continuidade aos detentores de assinatura, sendo que os lugares sobrantes (ultimamente, menos de uma dezena) acabam por ser colocados à venda nos dias seguintes que com o aumento da procura se revelaram insuficientes para as necessidades dos utentes, levando a que estes utilizem de forma ilegal a própria via de acesso à Estação e/ou terrenos de propriedade privada sem condições para estacionar viaturas, o que muitas vezes leva as autoridades a multar os proprietários desses veículos. Face a estas dificuldades para muitos quintacondenses, cabe-nos a nós eleitos nos organismos descentralizados, não só identificar problemas bem como propôr soluções para os mesmos, e neste sentido os eleitos da CDU identificam de imediato a necessidade do alargamento do espaço de estacionamento bem como a sua gratuitidade, aos detentores de título de transporte válido.

Pese embora esta ser uma solução de elevada importância para dar resposta imediata à necessidade da nossa população, consideramos que devemos ser ainda mais extensos. Para além de pugnar por um maior fluxo de carreiras urbanas dentro da vila e reforçar zonas sem a passagem deste transporte público, devemos reivindicar junto da I.P. - Infraestruturas de Portugal a construção de uma ponte sobre a A2 que possibilite o acesso (ainda que pedonal) dos cidadãos da Quinta do Conde à Estação de Coina com vista a reduzir a necessidade de recurso exclusivo à viatura própria, tornando assim esta uma medida verdadeiramente amiga do ambiente.

Consideramos interessante recordar que o investimento para este serviço foi público e que esta PPP já recebeu cerca de 180 milhões de euros (sendo que não paga a taxa de utilização da rede há cinco anos, o que não acontece com outras operadoras ferroviárias), e apesar de termos conseguido avocar o Governo e a Área Metropolitana de Lisboa para este estruturante avanço social, importa reforçar que para disponibilizar um melhor serviço público de transportes será necessário que se invista na manutenção e no aumento de carruagens, que as viagens se efetuem com conforto, que as estações tenham escadas rolantes e os elevadores a funcionar, que os parques de estacionamento detenham as condições necessárias em termos quantitativos, qualitativo e sejam gratuitos para quem tenha o passe social intermodal e se caminhe verdadeiramente para o objetivo de ter em Portugal um Serviço de Transportes Públicos universal e gratuito, garantindo aos cidadãos o direito de mobilidade, tornando desta forma reduzida a utilização de veículos ligeiros emissores de CO2 e se opte por uma solução verdadeiramente ecológica por se escolher utilizar os transportes públicos.

Consequentemente, a Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida em sessão ordinária, dia 6 de dezembro de 2019, delibera propor:

1. Que a Fertagus invista nas infraestruturas, designadamente na capacitação da resposta em matéria de comboios, manutenção das estações e seus equipamentos, ampliação dos parques de estacionamento;
2. Que a Fertagus aponte para a gratuitidade do acesso ao estacionamento aos detentores de título de transporte válido;
3. Que a I.P. - Infraestruturas de Portugal estude e implemente, em articulação com a Câmara Municipal de Sesimbra, a melhor solução de passagem direta, sobre a A2, entre Estação e a Quinta do Conde.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde,

Dar conhecimento:

- I.P. - Infraestruras de Portugal;
- Fertagus;
- TST - Transportes Sul do Tejo;
- Câmara e Assembleia Municipal de Sesimbra;
- Câmara e Assembleia Municipal do Barreiro;
- União de Freguesias de Coina e Palhais.

(4)

SAUDAÇÃO

Votos de Boas Festas e Prospero Ano Novo

Que neste Natal o amor e a esperança aqueçam os nossos corações e o Ano Novo nos traga grandes realizações e muita felicidade.
Que não falte nas nossas mesas o essencial, mas principalmente que haja saúde, alegria e bons sentimentos para compartilhar.
E, que cada um de nós celebre estas festas junto da família ou daqueles que mais amam.
Mais um ano se encerra, mais um ciclo se fecha e é tempo de fazer uma retrospectiva. É tempo de olhar para trás e rever os planos que foram traçados, o caminho que foi percorrido, as metas e os objectivos que foram alcançados.
É tempo também de olhar para a frente, refazer planos, vislumbrar novos horizontes, e abrir o coração para sonhar.
Que 2020 nos traga muita determinação e empenho para que possamos desenvolver com sucesso a nossa Freguesia.

Feliz Natal e um Próspero Ano Novo para todos!

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Da presente recomendação, solicita-se que seja dado conhecimento:

- Câmara Municipal de Sesimbra
- Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

PS

Recomendação

Requalificação da Estrada dos Almocreves

A Estrada dos Almocreves teve uma importância de relevância na sequência do Terramoto de 1755, foi através desta via de comunicação que seguia a pedra da zona de Sesimbra para o cais de Coina onde embarcava com destino à reconstrução de Lisboa.

Esta via de comunicação foi em tempos muito utilizada por almocreves, sendo uma das principais vias de acesso a Sesimbra, ligando a Freguesia do Castelo de Norte para Sul, direcionando na Aldeia da Maçã os seus utilizadores para a Vila de Sesimbra.

Com o fenómeno da fixação de população na zona Norte da Freguesia do Castelo, foi criada uma nova Freguesia, a Freguesia da Quinta do Conde, supostamente a Estrada dos Almocreves, devia de ser a principal ligação entre a Freguesia do Castelo e a Freguesia da Quinta do Conde tendo importância crucial na ligação dos dois territórios.

Contundo o mesmo não veio a acontecer, muito por causa das más condições desta via, impossibilitando a maioria das viaturas de circularem na mesma.

Com as condições que a estrada dos Almocreves apresenta, actualmente o Concelho de Sesimbra não possui acessos dignos que ligue todo o seu território.

Para nos deslocarmos entre as Freguesias do Castelo e da Quinta do Conde temos que percorrer uma distância significativa e atravessar parte dos concelhos de Setúbal ou do Seixal.

Para aumentar a segurança de todos quantos circulam entre a zona sul do Concelho e a zona norte torna-se necessário realizar uma intervenção de

requalificação com asfaltamento da Estrada dos Almocreves, com criação de passeios e pista de bicicletas.

Neste sentido, os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia de Freguesia, vêm propor junto do executivo desta Junta que sejam diligenciados esforços, tendo em vista a requalificação urgente da Estrada dos Almocreves.

Solicita-se que a presente recomendação seja remetida à Câmara Municipal de Sesimbra, Assembleia Municipal de Sesimbra, Junta de Freguesia do Castelo, Comunicação Social do Concelho de Sesimbra. Solicita-se ainda que a recomendação seja publicitada nos suportes digitais da Junta de Freguesia da Quinta do Conde.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Da presente recomendação, solicita-se que seja dado conhecimento:

- Câmara Municipal de Sesimbra
- Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

6

Recomendação

Por melhores serviços públicos na Freguesia da Quinta do Conde

O direito das populações a serviços públicos de qualidade e de proximidade para todos está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O crescimento da população que se tem verificado no concelho de Sesimbra, com especial incidência na freguesia da Quinta do Conde, implica que a autarquia tenha como "dever" prestar serviços de proximidade e qualidade.

Os Quinta Condenses ao longo dos tempos têm apresentado o seu desagrado pela falta de um balcão de finanças entre outros serviços na Quinta do Conde.

Para que possam cumprir as suas obrigações os residentes na Quinta do Conde, são obrigados a longas e demoradas deslocações sem meios de transporte adequados para o fazer.

Face ao exposto, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, recomendam que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, desenvolva esforços junto da Câmara Municipal de Sesimbra e no âmbito de uma futura descentralização de competências possibilite que estes serviços possam ser uma realidade na Quinta do Conde.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Da presente recomendação, solicita-se que seja dado conhecimento:

- Câmara Municipal de Sesimbra
- Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

DECLARAÇÃO DE VOTO DO MSU – Assembleia de Freguesia de dia 06/12/19

Documento 3 – PAOD: Moção – Implementação do passe social intermodal (CDU)

Parece-nos que a CDU, na moção ora apresentada, demonstrou uma evolução de pensamento em relação a um outro documento apresentado nesta mesma Junta de Freguesia, **há precisamente um ano**. Recordemos que há um ano o grupo político local da CDU apresentou nesta assembleia uma Moção que tinha por título "**Pela integração na CP do Serviço de Transporte ferroviário de passageiro entre Setúbal e Lisboa**".

No documento agora apresentado, parece já não se pretender a "nacionalização" do serviço ferroviário de passageiros que serve todos os que da margem sul do Tejo se pretendam transportar por comboio para a margem norte, mas antes se exigem condições para que a Fertagus, empresa concessionária da exploração, melhore os seus índices de serviço.

Neste ponto, nada contra a saudável reivindicação dos clientes por melhores níveis de serviço, saudando a aparente evolução do grupo político da CDU que parece querer, finalmente, trabalhar em prole da população com a situação *de facto* e não com o que *gostaria que fosse, mas não é*.

O Movimento Sesimbra Unida sempre defendeu que, no princípio da boa fé e da livre contratação entre partes, existente em qualquer Estado de Direito Democrático, se possa negociar a concessão com quem quer que se apresente a concurso, tendo em conta o bem comum e a crescente necessidade de mobilidade da população.

Mas, ainda assim, lendo mais finamente o documento do grupo político da CDU este enferma de vários equívocos e a sensação que ficamos é a de que o grupo político local da CDU parece estar mais interessado em *surfar* a onda de algum descontentamento face ao previsível aumento do fluxo de passageiros, do que em **resolver de facto os problemas dos quintacondenses no deficiente usufruto da estrutura integrada de transportes que serve, maioritariamente, os percursos pendulares ao longo do eixo-ferroviário norte-sul**.

Elencando:

1) O título do documento "**Implementação do Passe Social Intermodal**", que parece remeter para uma análise integrada a esta problemática, **resvala, rapidamente, para um caderno de encargos reivindicativo à Fertagus, sem um necessário enquadramento sistémico dos problemas derivados do, ainda assim, saudável aumento da procura por transportes públicos** (que a maioria, onde nos incluímos, considera melhor alternativa do que a constante recorrência ao automóvel próprio, ineficiente e tendente à insustentabilidade ambiental e económica;

2) Responsabiliza a Fertagus pela entendida necessária adaptação de carruagens, para permitir um maior número de passageiros, **sem efetuar uma análise crítica aos**

poderes públicos por não terem efetuado o necessário planeamento antecipado do aumento de escala da operação e/ou assumir, com a necessária humildade, que o benefício que se quis entregar é superior aos inconvenientes que, ainda assim existem mas devem e podem ser minimizados e tratados;

3) Responsabiliza a Fertagus pela insuficiente resposta no aumento da capacidade dos lugares de estacionamento na estação de Coina, acenando com demagogia para a sua gratuitidade, quando, no entender do MSU, se deveria instar outros operadores de transporte – a ARRIVA-TST, só para citar um exemplo – a esta **aumentar a cobertura do território, bem como promover o aumento de frequência do transporte rodoviário destinado à estação de Coina**, diminuindo a necessidade do uso do automóvel e a consequente necessidade de espaço para estacionamento; **Aqui, não nos esquecemos de sublinhar que a Câmara Municipal de Sesimbra delegou na Área Metropolitana de Lisboa o modelo de contratação dos transportes rodoviários no nosso concelho e que aguardamos, com natural expetativa, o aumento dos níveis de serviço de transporte rodoviário que a autarquia definirá como bons para os quintacondenses. Aguardamos a demonstração cabal, através de ações concretas por parte da Câmara, do seu compromisso para a promoção da defesa dos interesses dos quintacondenses numa melhor mobilidade.**

4) Por fim, a moção do grupo político local da CDU insta a Infra-Estruturas de Portugal, I.P. e a Câmara Municipal de Sesimbra, para que estas estudem e implementem uma passagem aérea sobre a A2, para que nos modos de mobilidade suave (a pé, de bicicleta e, acrescentamos nós, utilizando dispositivos ligeiros e automotrizes de mobilidade suave), **a população possa aceder à estação de Coina, mas também à área comercial confinante**, medida que, em articulação com o reforço de frequência e maior cobertura do transporte público rodoviário, pode contribuir para diminuir trânsito e necessidade de um acréscimo significativo de lugares de estacionamento.
A melhor resposta à incoerência desta **reivindicação presente na moção do grupo político da CDU**, é o facto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde nada nos conseguir adiantar quando, questionado diretamente na mesma Assembleia, **por informações sobre o projeto HUB10 (e também sobre o PAMUS)**, da responsabilidade da Câmara Municipal de Sesimbra, e que num dos seus objetivos pretende criar, citando, **"um conjunto de intervenções no núcleo urbano da Quinta do Conde e junto à EN10, que passa por construção de percursos cicláveis e pedonais com vista à sua ligação à estação ferroviária de Coina, no âmbito do HUB 10". Paradigmático, quando se vai tornando evidente que é mais fácil exigir aos outros – aos poderes fáticos, ao *"papão"* do Estado Central ou a outras entidades mais ou menos abstratas – do que questionar as estruturas político-partidárias que acolhem o grupo político local da CDU e que governam a Câmara. Aí parece imperar até um certo *"respeitinho"* que o MSU considera não servir a população da Quinta do Conde.**

Por todas estas incoerências, **ficamo-nos por uma abstenção à presente moção**, apesar de num ou noutro ponto nos conseguirmos identificar um propósito positivo, embora com reflexão, análise e modos de implementação dispares da prática da CDU.

Os eleitos do MSU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Hélder Gaboleiro

Hélder Conceição

9

DECLARAÇÃO DE VOTO

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, após análise do documento nº 6 da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, referente à recomendação "Por melhores serviços públicos na Freguesia da Quinta do Conde", consideraram que o conteúdo do documento se encontra mal estruturado em termos linguísticos bem como em termos de conteúdo.

Neste sentido e apesar de partilhamos a ideia inicial do documento de que a Quinta do Conde carece de infraestruturas que acompanhem o desenvolvimento demográfico da freguesia e de que a autarquia tenha o dever de prestar serviços de qualidade, no entanto surgiram-nos duas questões: a primeira é a razão que levou os eleitos do PS a colocarem "dever" entre aspas – presumimos que saibam que os serviços subentendidos nesse texto não sejam de facto da responsabilidade das autarquias; e a segunda questão prende-se em qual o momento onde a autarquia não tem feito o seu dever, isto é, dentro do quadro das suas competências?

Por outro lado, consideramos que apesar da identificação da carência de serviços essenciais na freguesia para os cidadãos não é partilhada pelos eleitos do PS na Assembleia da República e que, analisando a ação do Governo na última legislatura (2015-2019), não observámos nenhuma intervenção na nossa freguesia dentro das suas competências, prejudicando o desenvolvimento da vila e o bem-estar dos nossos habitantes.

Por considerarmos que a sugestão de esforços entre a Junta de Freguesia da Quinta do Conde e a Câmara Municipal de Sesimbra para a realização destes serviços não são adequadas, pois os eleitos do PS partem do pressuposto de que deva haver uma preparação para a descentralização de competências (proposta pelo atual governo), a qual não concordamos.

Entendemos assim, que o Governo não pode descartar as suas responsabilidades para com a população e neste sentido sugerimos uma alteração textual ao documento. Tal sugestão foi recusada, adicionando uma justificação pouco plausível e contraditória, demonstrando inclusive, falta de conhecimento sobre o tema em causa, por parte da bancada do PS, encaminhando o nosso sentido de voto para a reprovação da recomendação.

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Quinta do Conde, 6 de dezembro de 2019

10

INTERVENÇÃO / DECLARAÇÃO DE VOTO

PLANO DE ACTIVIDADES, ORÇAMENTO

DA JUNTA DE FREGUESIA DA QUINTA DO CONDE ANO 2020

O Orçamento aqui apresentado é um dos documentos de maior relevância para esta Junta de Freguesia.

Mas, apesar de considerarmos este orçamento praticável, também temos de salientar que o mesmo assenta em receitas próprias desta Junta, porque se falássemos das transferências do Estado podíamos dizer que eramos uma Junta paralisada.

Em relação ao Plano de Actividades é vasto nos vários objectivos a que se propõe e verificamos com agrado que alguns fazem parte das nossas propostas.

Salientamos também a continuação das nossas preocupações com a limpeza de ruas e recolha de lixos e lamentamos que o Estado em cooperação com o município ainda não tenha conseguido resolver a questão da escola secundária da quinta do conde, uma luta com mais de 20 anos, não existindo ainda qualquer perspectiva da sua construção.

Ou mesmo a construção do novo centro de Saúde ou a recuperação do antigo e ainda o novo quartel da GNR.

Perante estes dois documentos, a bancada do PSD está confiante de que mesmo com as restrições financeiras, se continue no trilho da defesa dos interesses dos fregueses da Quinta do Conde

Os eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde consideram a sua aprovação fundamental para que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, possa começar a ano de 2020, a trabalhar em pleno ao serviço dos fregueses.

Pelas razões apresentadas, os eleitos da bancada do PSD irão votar favoravelmente, embora exista muito caminho por trilhar.

A todos um Feliz Natal e um Bom Ano de 2020

Os Membros da Bancada do PPD/PSD na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Carminha Hugo Alfredo

Carlos Almeida

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

11

PS
Quinta do Conde

DECLARAÇÃO DE VOTO/ORÇAMENTO

Em relação ao orçamento pode-se verificar que é muito idêntico ao do ano passado. Este orçamento ronda os 531.000€, mais 10.000€ do que no ano anterior.

A receita para a Junta de Freguesia vem do Estado + CMS (81%).

A despesa com o pessoal é a maior fatia do bolo (57%) e (34%) Bens e Serviços.

Questões como a limpeza da Freguesia, o espaço do cidadão, as barreiras arquitetónicas, bem como a necessidade de um equipamento cultural (há muito anunciado pelo executivo) que tarda em aparecer, não vão deixar de estar no centro das nossas preocupações e nos nossos planos de ação nesta Assembleia.

No entanto, estaremos atentos nos níveis de execução destes documentos, não deixando de apresentar as nossas posições, e aquando da votação do relatório e contas, faremos uma análise profunda e votaremos em conformidade com o que julgamos ser o trabalho desenvolvido pelo executivo.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Quinta do Conde, 6 de dezembro de 2019

11

PS
Quinta do Conde

DECLARAÇÃO DE VOTO

As Grandes Opções do Plano e Orçamento correspondem ao instrumento no qual o Executivo da junta de freguesia transpõe para ações e medidas concretas, aquelas que são as suas prioridades e opções políticas e estabelece os mecanismos financeiros que coloca ao dispor da concretização de cada uma dessas ações.

A análise da bancada do Partido Socialista às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2020 (GOP2020), a bancada do PS decidiu abster-se na votação do GOP2020.

Apesar de termos optado pela abstenção, os elementos da bancada do PS não podem deixar de realçar que a CDU incluiu várias propostas que o PS apresentou ao longo do ano nesta assembleia no GOP.

"Os abrigos de passageiros", "melhoramentos nos parques, com implementação de um baloiço inclusivo", "bandas de garagem" e "DAE (Desfibrilhador Automático Externo) ".

Mas por outro lado a CDU votou contra a descentralização, a nosso "ver" mal, porque iria permitir que fosse aberto o Espaço Cidadão que seria essencial para melhorar a vida dos quinta condenses.

Pelo exposto, a bancada do PS vai estar atenta ao cumprimento das promessas contidas neste GOP de 2020.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Quinta do Conde, 6 de dezembro de 2019

SESIMBRA UNIDA

DECLARAÇÃO DE VOTO DO MSU – Assembleia de Freguesia de dia 06/12/19

POD: Votação do Plano de Atividades, Orçamento, Mapa de pessoal, PPI e PPA

Na discussão do orçamento e matérias análogas, no final do ano de 2018, para o ano que agora decorre, o Movimento Sesimbra Unida **tinha proposto uma série de desafios ao executivo da Junta de Freguesia para fazer melhor e diferente.**

Em vez de sempre reclamarem, ainda que com legitimidade, do montante insuficiente transferido do Estado Central para a prossecução dos interesses da Freguesia, o Movimento Sesimbra Unida (MSU) tinha proposto ao Executivo da Junta de Freguesia a abertura de um processo de negociação sério e incremental de absorção de competências provindas da Câmara Municipal de Sesimbra que pudessem potenciar a importância da Junta de Freguesia na resolução próxima dos problemas dos cidadãos, aplicando o mesmo **princípio da subsidiariedade** que faz com que a principal força politica que compõe os executivo dos dois órgãos autárquicos (Junta de Freguesia e Câmara Municipal) apoie, desde há largos anos, a criação de regiões político-administrativas no território português.

Incoerências assinaladas, **verificamos que esse desafio foi recusado pelo executivo da Junta de Freguesia, governado por uma coligação CDU-PSD, mantendo-se, para 2020, um orçamento que mantém uma estrutura de receita e despesa semelhante aos dos exercícios económicos anteriores**.

Há apenas um ligeiro aumento do montante global do orçamento da Junta de Freguesia de pouco mais de 10.000,00€ de 2019 para 2020 (de 521.420,85 € para 531.456,98 €). Para este aumento, **em nada contribui a rúbrica de receitas provenientes da Câmara Municipal de Sesimbra**, provenientes de acordos de execução e de contratos interadministrativos celebrados entre as duas edilidades, **ficando o valor das transferências da Câmara com um valor idêntico de 2019, para 2020, de cerca de 232.232,00€**.

Portanto, para a reorganização administrativa que potencie a descentralização de competências da Câmara Municipal de Sesimbra para a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, temos um rotundo nada. Imobilismo a toda a prova, nas soluções de gestão do espaço territorial da Quinta do Conde, tal como já nos vão habituando os executivos das duas autarquias nestes últimos anos / mandatos.

Tomamos como referência teórica e para comparação (*benchmark*) a Lei n.º 56/2012, que efetua a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuindo um quadro de competências, mas também de recursos, impares às Juntas de Freguesia *alfacinhas* que, na proporcional dimensão de escala e incrementação progressiva, poderia servir à Freguesia e à população da Quinta do Conde. Até o executivo da Junta de Freguesia valida este nosso entendimento, servindo-se do testemunho do prof. Jorge Gaspar que efetua um esquiço de estudo comparativo entre o Parque das Nações e a Quinta do Conde (ver em https://www.jf-quintadoconde.pt/2019/12/jorge-gaspar-valoriza-a-quinta-do-conde/), apontando caminhos

que não podem nem devem desresponsabilizar o governo local. Sendo a Quinta do Conde freguesia com maior índice de urbanização e densidade populacional do concelho, distante da sua sede, com localização privilegiada no *centro* da península de Setúbal, **o desenvolvimento da aplicação concreta do principio da subsidiariedade, aproximando as decisões dos cidadãos e os eleitores dos eleitos, faria todo o sentido para a Quinta do Conde**.

E em todos os anos de orçamento, em todos os mandados, apesar de uma ou outra medida, mais tendente a tratar da forma e menos de conteúdo substantivo, essa ocorrência tem vindo a ser negada e protelada à população da Quinta do Conde.

Para demonstrarmos o nosso raciocínio e sustentarmos o sentido do nosso voto, apresentamos em anexo **um quadro-resumo que demonstra que mesmo, em concelhos governados pela força política maioritária (CDU), como a Câmara Municipal do Seixal, a transferência de competências para a Juntas de Freguesias, dotando-as de meios financeiros para tal acabam, também, por muitas vezes, potenciar o acréscimo das receitas próprias das Freguesias, num ciclo virtuoso que se deseja e faz sentido, tendente ao desenvolvimento sócio-económico das freguesias.**

Para além disso, objetivando com números, e apesar do Movimento Sesimbra acompanhar o executivo na reclamação da situação da baixa capitação que resulta da divisão das transferências do Estado Central para a nossa Freguesia, também não é menos verdade que a transferência de valores da Câmara Municipal de Sesimbra para a Junta de Freguesia, também sofre do mesmo mal.

A pergunta que fica por responder, no entender do MSU é esta:

Porque é que, atendendo a princípios de gestão de eficácia e eficiência, não existe reforço de competências e verba da Câmara Municipal de Sesimbra para a Junta de Freguesia da Quinta do Conde? A Câmara Municipal não pode ou não quer? Ou o executivo da Junta de Freguesia da Quinta do Conde recusa a recebê-las?

A nossa abstenção apenas sinaliza que, não reconhecendo um demérito sobre a elaboração dos documentos previsionais de gestão da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, tendo em conta o quadro de referência porque se rege a atual gestão municipal, a situação atual, por insustentável, necessita de uma alteração radical de perspetiva. Teremos em conta a evolução da situação na votação dos próximos instrumentos previsionais.

Ao executivo da Junta de Freguesia, pedimos que analisem e se batam pela reorganização administrativa das suas competências com seriedade e disponibilidade para trabalhar. Porque os quintacondenses merecem.

Os eleitos do MSU na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Hélder Gaboleiro

Hélder Conceição

Anexo:

(valores em €)	Freg Parque Nações (Lx) (2020)	Freg Amora (Seixal) (2019)	Freg Fernão Ferro (Seixal) (2019)	Freg Quinta Conde (2020)
Eleitores (2017)	16657	42016	14964	21723
Montante Global Orçamento	5 915 090,00 €	1 372 037,00 €	560 724,00 €	531 456,98 €
Orçamento Global (*per capita*)	355,11 €	32,66 €	37,47 €	24,47 €
Trsnf. Estado Central	181 804,00 €	486 239,00 €	178 241,00 €	176 083,86 €
Trsnf. Estado Central (*per capita*)	10,91 €	11,57 €	11,91 €	8,11 €
Tmsf. das Câmaras + competências	4 191 428,52 €	482 198,00 €	218 695,00 €	232 232,68 €
Tmsf. Câmara Municipal (*per capita*)	251,63 €	11,48 €	14,61 €	10,69 €

Documentos Apreciados
no
Período Antes da Ordem do Dia

Aprovados
pela

Assembleia de Freguesia
da
Quinta do Conde

Avenida da Cova dos Vidros – 2975 – 333 QUINTA DO CONDE
Telefone: 21 210 83 70 – Fax: 21 210 83 75
Página na INTERNET www.jf-quintadoconde.pt

Endereço de Correio Electrónico: assembleia.freguesia@jf-quintadoconde.pt

VOTO DE PESAR

Miguel dos Santos e João António Simões dos Santos

É com pesar e consternação que tomámos conhecimento da morte de Miguel dos Santos e de João António Simões dos Santos, pai e irmão de Ana Maria Simões dos Santos Reis de Oliveira, primeira secretária da mesa de Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.
Com profunda emoção associamo-nos a este momento de dor, sendo o luto, dos sofrimentos mais difíceis de vivenciar, contendo perdas reais e simbólicas.

A Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida a 6 de dezembro de 2019, propõe que se delibere:

1. Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Miguel dos Santos e João António Simões dos Santos, guardando um minuto de silêncio em suas memórias;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar".

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde.

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019.

Voto de Pesar

Nascido no Porto, em 25 de maio de 1942, **José Mário Branco** é considerado um dos mais importantes autores e renovadores da música portuguesa.

José Mário Branco deixa ao país um legado musical precioso, impossível não ser reconhecido, a sua participação através da música fazia de si um lutador que através da música fazia a sua política.

Sua história de vida e a sua luta pela igualdade incomodava-o pelo facto de todos não terem os mesmos direitos, democracia, solidariedade, empenho na luta, era disto que precisava para viver.

A intervenção artística de José Mário Branco não se ficou pela música, tendo também dedicado a sua aptidão ao cinema e ao teatro.

Sem dúvida, a sua morte afastou um grande homem, que com sua bela trajetória de vida, nos deixa um exemplo forte.

Foram muitos anos de lutas, muitos sonhos, ideais. Sementes que, felizmente o frutificavam cada dia.

Todos estes contributos valem para fazer história.

Os Membros da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida em 6 de Dezembro de 2019, exprimem o seu pesar e manifestam aos seus familiares e amigos a sua solidariedade.

Manifestando que nesta Assembleia seja cumprido um minuto de silêncio em memória do falecido.

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

Moção

Implementação do Passe Social Intermodal

Em abril do presente ano não se comemorou apenas os 45 anos da Revolução que pôs fim ao regime fascista. Esse mês ficou também marcado pelo início do desenvolvimento de uma reivindicação social já há muito desejada no âmbito dos Transportes Públicos, e passados cerca de oito meses do início do alargamento dos passes sociais intermodais ainda existem riscos de andar para trás.

O alargamento do passe social proporcionou uma redução significativa de despesas aos utentes dos transportes públicos, alargando a mobilidade através de um passe que permite utilizar todos os modos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, trazendo vantagens económicas para os mesmos, bem como para o ambiente.

Não obstante, existem avanços por concretizar, e recorrendo à afirmação da empresa Fertagus de que "uma das prioridades seria o conforto dos clientes", esta revelou-se no fundo um mito. Exemplo disso seria naturalmente, com a redução do preço dos passes, verificar-se um aumento significativo da procura e do número de utentes a usufruir dos serviços desta empresa, o que não se esperava seria que este facto justificasse a retirada de assentos, colocando em causa o conforto e a segurança nas deslocações a estes utentes. No entanto, infelizmente para os quintacondenses, os problemas não se limitam apenas a viajar em pé dentro das carruagens. Estes, na impossibilidade de se deslocarem até à Estação de Coina através de outro meio para além da sua viatura própria, seja por falta de carreiras de transporte da Sulfertagus ou por falta de outras soluções, como por exemplo um acesso pedonal, deparam-se com a impossibilidade de estacionarem os seus veículos no local próprio, ou seja, no parque de estacionamento da Estação.

Neste sentido observamos que dos cerca de mil lugares, esta empresa garante continuidade aos detentores de assinatura, sendo que os lugares sobrantes (ultimamente, menos de uma dezena) acabam por ser colocados à venda nos dias seguintes que com o aumento da procura se revelaram insuficientes para as necessidades dos utentes, levando a que estes utilizem de forma ilegal a própria via de acesso à Estação e/ou terrenos de propriedade privada sem condições para estacionar viaturas, o que muitas vezes leva as autoridades a multar os proprietários desses veículos. Face a estas dificuldades para muitos quintacondenses, cabe-nos a nós eleitos nos organismos descentralizados, não só identificar problemas bem como propor soluções para os mesmos, e neste sentido os eleitos da CDU identificam de imediato a necessidade do alargamento do espaço de estacionamento bem como a sua gratuitidade, aos detentores de título de transporte válido.

Pese embora esta ser uma solução de elevada importância para dar resposta imediata à necessidade da nossa população, consideramos que devemos ser ainda mais extensos. Para além de pugnar por um maior fluxo de carreiras urbanas dentro da vila e reforçar zonas sem a passagem deste transporte público, devemos reivindicar junto da I.P. - Infraestruturas de Portugal a construção de uma ponte sobre a A2 que possibilite o acesso (ainda que pedonal) dos cidadãos da Quinta do

Conde à Estação de Coina com vista a reduzir a necessidade de recurso exclusivo à viatura própria, tornando assim esta uma medida verdadeiramente amiga do ambiente.

Consideramos interessante recordar que o investimento para este serviço foi público e que esta PPP já recebeu cerca de 180 milhões de euros (sendo que não paga a taxa de utilização da rede há cinco anos, o que não acontece com outras operadoras ferroviárias), e apesar de termos conseguido avocar o Governo e a Área Metropolitana de Lisboa para este estruturante avanço social, importa reforçar que para disponibilizar um melhor serviço público de transportes será necessário que se invista na manutenção e no aumento de carruagens, que as viagens se efetuem com conforto, que as estações tenham escadas rolantes e os elevadores a funcionar, que os parques de estacionamento detenham as condições necessárias em termos quantitativos, qualitativo e sejam gratuitos para quem tenha o passe social intermodal e se caminhe verdadeiramente para o objetivo de ter em Portugal um Serviço de Transportes Públicos universal e gratuito, garantindo aos cidadãos o direito de mobilidade, tornando desta forma reduzida a utilização de veículos ligeiros emissores de CO2 e se opte por uma solução verdadeiramente ecológica por se escolher utilizar os transportes públicos.

Consequentemente, a Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, reunida em sessão ordinária, dia 6 de dezembro de 2019, delibera propor:

1. Que a Fertagus invista nas infraestruturas, designadamente na capacitação da resposta em matéria de comboios, manutenção das estações e seus equipamentos, ampliação dos parques de estacionamento;
2. Que a Fertagus aponte para a gratuitidade do acesso ao estacionamento aos detentores de título de transporte válido;
3. Que a I.P. - Infraestruturas de Portugal estude e implemente, em articulação com a Câmara Municipal de Sesimbra, a melhor solução de passagem direta, sobre a A2, entre Estação e a Quinta do Conde.

Os Membros da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde,

Dar conhecimento:

- I.P. - Infraestruras de Portugal;
- Fertagus;
- TST - Transportes Sul do Tejo;
- Câmara e Assembleia Municipal de Sesimbra;
- Câmara e Assembleia Municipal do Barreiro;
- União de Freguesias de Coina e Palhais.

SAUDAÇÃO

Votos de Boas Festas e Prospero Ano Novo

Que neste Natal o amor e a esperança aqueçam os nossos corações e o Ano Novo nos traga grandes realizações e muita felicidade. Que não falte nas nossas mesas o essencial, mas principalmente que haja saúde, alegria e bons sentimentos para compartilhar. E, que cada um de nós celebre estas festas junto da família ou daqueles que mais amam. Mais um ano se encerra, mais um ciclo se fecha e é tempo de fazer uma retrospetiva. É tempo de olhar para trás e rever os planos que foram traçados, o caminho que foi percorrido, as metas e os objetivos que foram alcançados. É tempo também de olhar para a frente, refazer planos, vislumbrar novos horizontes, e abrir o coração para sonhar. Que 2020 nos traga muita determinação e empenho para que possamos desenvolver com sucesso a nossa Freguesia.

Feliz Natal e um Próspero Ano Novo para todos!

Os Membros da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Da presente saudação, solicita-se que seja dado conhecimento:

- Câmara Municipal de Sesimbra
- Assembleia Municipal de Sesimbra
- Movimento Associativo Local

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

Recomendação

Requalificação da Estrada dos Almocreves

A Estrada dos Almocreves teve uma importância de relevância na sequência do Terramoto de 1755, foi através desta via de comunicação que seguia a pedra da zona de Sesimbra para o cais de Coina onde embarcava com destino à reconstrução de Lisboa.

Esta via de comunicação foi em tempos muito utilizada por almocreves, sendo uma das principais vias de acesso a Sesimbra, ligando a Freguesia do Castelo de Norte para Sul, direcionando na Aldeia da Maçã os seus utilizadores para a Vila de Sesimbra.

Com o fenómeno da fixação de população na zona Norte da Freguesia do Castelo, foi criada uma nova Freguesia, a Freguesia da Quinta do Conde, supostamente a Estrada dos Almocreves, devia de ser a principal ligação entre a Freguesia do Castelo e a Freguesia da Quinta do Conde tendo importância crucial na ligação dos dois territórios.

Contundo o mesmo não veio a acontecer, muito por causa das más condições desta via, impossibilitando a maioria das viaturas de circularem na mesma.

Com as condições que a estrada dos Almocreves apresenta, atualmente o Concelho de Sesimbra não possui acessos dignos que ligue todo o seu território.

Para nos deslocarmos entre as Freguesias do Castelo e da Quinta do Conde temos que percorrer uma distância significativa e atravessar parte dos concelhos de Setúbal ou do Seixal.

Para aumentar a segurança de todos quantos circulam entre a zona sul do Concelho e a zona norte torna-se necessário realizar uma intervenção de requalificação com asfaltamento da Estrada dos Almocreves, com criação de passeios e pista de bicicletas.

Neste sentido, os membros desta Assembleia de Freguesia, vêm recomendar ao executivo desta Junta que sejam diligenciados esforços, tendo em vista a requalificação urgente da Estrada dos Almocreves.

Solicita-se que a presente recomendação seja remetida à Câmara Municipal de Sesimbra, Assembleia Municipal de Sesimbra, Junta de Freguesia do Castelo, Comunicação Social do Concelho de Sesimbra. Solicita-se ainda que a recomendação seja publicitada nos suportes digitais da Junta de Freguesia da Quinta do Conde.

Os eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019

Recomendação

Por melhores serviços públicos na Freguesia da Quinta do Conde

O direito das populações a serviços públicos de qualidade e de proximidade para todos está consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O crescimento da população que se tem verificado no concelho de Sesimbra, com especial incidência na freguesia da Quinta do Conde, implica que a autarquia tenha como "dever" prestar serviços de proximidade e qualidade.

Os Quinta Condenses ao longo dos tempos têm apresentado o seu desagrado pela falta de um balcão de finanças entre outros serviços na Quinta do Conde.

Para que possam cumprir as suas obrigações os residentes na Quinta do Conde, são obrigados a longas e demoradas deslocações sem meios de transporte adequados para o fazer.

Face ao exposto, os Membros da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, recomendam que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, desenvolva esforços junto da Câmara Municipal de Sesimbra e no âmbito de uma futura descentralização de competências possibilite que estes serviços possam ser uma realidade na Quinta do Conde.

Os Eleitos na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde

Da presente recomendação, solicita-se que seja dado conhecimento:

- Câmara Municipal de Sesimbra
- Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde, 6 de Dezembro de 2019